



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRA~~XIS~~IS

ANO VIII - Nº 69 - Janeiro/Febrero 2013

EXERCÍCIO PROFISSIONAL
DIREITOS POLITICAS
SOCIAIS E ÉTICA

I CONGRESSO de
ASSISTENTES
SOCIAIS RJ 2013
DO ESTADO DO RJ

Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho de assistentes sociais • 14 a 15 de maio – UERJ

Veja a programação completa do Congresso e dos seminários e minicursos do Mês de Maio
Páginas 11, 12 e 13

ENXURRADA DE DESCASO

Desastres sociais se multiplicam pela omissão do Estado na proteção da população. O desafio ao Serviço Social é ajudar a construir outra lógica.

Páginas 8 e 9

CRESS opina

Comunicação, democratização e CRESS

Há quem pense que a arte de comunicar dispensa a política. Isto não ocorre. Quando nos comunicamos escolhemos palavras, frases e lhes damos determinados sentidos.

Nós nos indignamos com a forma como assistentes sociais, o Serviço Social ou os movimentos sociais são retratados nos meios de comunicação (jornais, rádios, televisões etc.). O imaginário social ainda nos associa a uma perspectiva de Serviço Social que superamos há décadas no Brasil. Mas a maioria da população ainda espera que assistente social seja uma moça boazinha, caridosa, religiosa, que a ajude em suas necessidades.

A mídia tem outras razões para não ouvir assistentes sociais em calamidades públicas, desastres, coberturas sobre políticas sociais. Há jornalistas que, como a população, desconhecem a profissão. Mas também não interessa à comunicação hegemônica na sociedade brasileira dar voz a quem analisa o que há por trás de cada fenômeno, apontando alternativas e/ou descasos de gestores.

O curta-metragem "Levante sua voz!" demonstra que mesmo quem atua com princípios democráticos combina técnica e política em comunicação. Para quem não conhece, vale a pena assistir (www.fnndc.org.br).

Escolhemos quem fala, a perspectiva da entrevista, que ideias provavelmente serão apresentadas a quem nos lê ou assiste.

Com o avanço da ciência e da tecnologia, celulares e computadores são cada vez mais acessados pela população. É fato: eles geram altos lucros a setores da economia. Mas também é fato que a comunicação já começa a ser disputada como direito. Se minhas ideias podem circular o mundo, isto faz com que eu tenha possibilidades mais amplas de expressão. No momento em que todos o fazem, outras versões e interpretações dos acontecimentos passam a circular. Cai por terra a ilusão de que o que vemos na TV ou lemos em jornais correspondem à "verdade dos fatos". A tendência é reivindicar a democratização da comunicação – processo em curso no mundo (De forma explosiva em países como a Argentina, em debate no Brasil). Obviamente, quem tem os grandes meios em suas mãos não fica quieto. Inverte argumentos, tentando confundir democratização com censura, luta para manter o poder de expressão em suas mãos.

O Conjunto CFESS/CRESS há vários anos vem fazendo este debate. Desde um documento do final da década de 1990 ("A beleza está nas ruas"), temos construído caminhos para fazer de nossa comunicação meio de defesa de um determinado perfil profissional. Isso nos exigiu aproximação com debates técnicos e políticos deste campo e a construção de uma Política

Nacional de Comunicação que aponta caminhos a serem percorridos. Um deles é o constante aprimoramento de nossos instrumentos de comunicação.

O CRESS-RJ tem tido reconhecida contribuição neste processo. A edição do PRAXIS que você recebe hoje é um exemplo disso. Há algum tempo, temos investido em reportagens que se aproximam do exercício profissional. Nesta nova edição, você verá que o espaço para o editorial (que expressa opiniões e reflexões da gestão do Conselho) ficou um pouco maior. Ampliamos também o espaço para a orientação do exercício profissional. Faremos todos os esforços para ter mais imagens e fotos (sabendo que elas transmitem conteúdo: não são neutras). O retorno à categoria das ações desenvolvidas também muda (passa a ser feito, inclusive, em números). E há outras novidades, baseadas na pesquisa feita com a própria categoria ao longo do mês de maio de 2012.

Esperamos que o PRAXIS se credencie, cada vez mais, como o instrumento de formação continuada que a categoria reconhece nele. E que dialogue para além da profissão, contribuindo para a disputa que temos em torno da visão popular sobre o Serviço Social. Mas, fundamentalmente, esperamos que ele contribua para fortalecer posições que orientam ética e politicamente nossa atuação profissional no Brasil.



PRAXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 69 - Janeiro/Febrero 2013

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: comunicacao@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Presidente: Charles Toniolo de Sousa

Vice-Presidente: Moara Paiva Zanetti

1ª Secretária: Elizabeth Souza de Oliveira

2ª Secretária: Sílvia Dabdad Calache Distler

1ª Tesoureira: Edenilza Silva Cesário

2ª Tesoureira: Eduardo Nascimento de Carvalho

Conselho Fiscal: Telma Pilé Gomes, Leandro Rocha da Silva, Michele Pontes da Costa

Suplentes: Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Lobélia da Silva Faceira, José Rodolfo Santos da Silveira, Hilda Corrêa de Oliveira, Denise Nicácio Pereira, Lorraine Rocha Vigo, Joilson Santana Marques Junior, Josélia Ferreira dos Reis, Carlos Felipe Nunes Moreira

Comissão de Comunicação e Cultura: Ana Lucia Vaz, Carlos Felipe Nunes Moreira, Charles Toniolo de Sousa, José Rodolfo Silveira dos Santos, Leandro Rocha da Silva, Moara Paiva Zanetti, Michelle Moraes, Conceição Maria Vaz Robaina, Jefferson Lee de Souza Ruiz, Célio Albuquerque e Allan Botelho

Seccional Norte e Nordeste Fluminense - Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170

Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Lilliane Cardoso D'Almeida

Secretária: Rosângela Maria A. Benevides Guimarães

Tesoureira: Júnia de Souza Elias

Suplentes: Thais Tavares Bernardo e Irai Martins Bohrer

Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003

Pontual Shopping - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Paula de Almeida Pereira

Secretária: Lilliane Rocha Ribeiro

Tesoureira: Larissa Fagundes Costa

Suplentes: Natália Reis de Oliveira e Mitchelly de Barros Silva Santos

Jornalistas Responsáveis: Ana Lucia Vaz (MTB/RJ 18058) e Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751)

Estagiária: Cristiane Menezes

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D

Impressão: Gráfica Colorset - **Tiragem:** 14.000 exemplares

Registro e anuidade

Campanha nacional Regularização de débitos

De abril a setembro de 2013, assistentes sociais em dívida com os CRESS poderão regularizar sua situação com isenção de multas e juros, em todo o Brasil.

Trata-se da "Campanha Nacional do Conjunto CFESS/CRESS para o ano de 2013: A luta por Um Serviço Social forte depende de você – Regularize seus débitos junto ao CRESS".

Assistentes sociais com dívidas ativas no CRESS, relativas ao período de 2008 a 2012, poderão regularizar sua situação, contribuindo para o fortalecimento da profissão. Além de isenção de juros e multas, também será possível parcelar a dívida da seguinte maneira:

- em até cinco vezes, para débito relativo a apenas um exercício;
- em até dez vezes, para débito relativo a dois ou três exercícios;
- em até 20 vezes, para débito relativo a quatro ou cinco exercícios.

As ações do Conjunto CFESS/CRESS são financiadas exclusivamente pelo valor da anuidade paga por profissionais. Portanto, a defesa do Serviço Social como profissão regulamentada e o fortalecimento do compromisso ético-profissional da categoria depende da contribuição de cada assistente social. Mas, também, participando e contribuindo para a organização coletiva da categoria.

Se você se encontra inadimplente, procure nosso setor de registro e anuidades, em abril.

Informes

CRESS amplia participação da categoria no Pleno

O CRESS-RJ vem tomando uma série de medidas para maior aproximação com a categoria e suas demandas. Neste sentido, decidiu criar a possibilidade de participação de assistentes sociais não conselheiros em reuniões do Conselho Pleno.

Para participar da reunião, é preciso compor comissão temática ou núcleo e ser indicado pela instância de que participa para representá-la.

No dia 28/1, em Encontro da direção do CRESS com as comissões temáticas, os conselheiros apresentaram aos presentes a proposta de participação no Conselho Pleno. Na ocasião, foi feita apresentação detalhada dos critérios para a participação, definidas na Portaria CRESS 01/13.

Também poderá haver a participação coletiva de uma comissão ou núcleo, a convite do CRESS-RJ, para tratar de tema específico.

Um dos objetivos da medida é ampliar a contribuição da categoria para a reflexão e elaboração de respostas do CRESS-RJ às demandas das políticas sociais em geral e dos campos de exercício profissional de assistentes sociais, em particular.

Exercício 2012

CRESS presta contas à categoria

Já está disponível, no site do CRESS-RJ (www.cressrj.org.br), a prestação de contas do Conselho, no exercício de 2012.

Ao pagarmos a anuidade, é comum nos perguntarmos como este dinheiro será investido. O objetivo de um conselho profissional é zelar pelo bom exercício da profissão. Para tanto, é preciso investir em formação e orientação profissional, em defesa das condições de trabalho adequadas à profissão, em fiscalização, em ações que contribuam para o reconhecimento da profissão pela sociedade etc.

A direção do CRESS-RJ acredita que investiu esses recursos da melhor forma possível, ao longo de 2012. Mas é fundamental que a categoria conheça de perto estes investimentos.

Leia EM FOCO

A revista Em Foco, criada em 2003, reproduz palestras e debates feitos em eventos do Conselho. Especialmente sobre temas para os quais pouco foi publicado. Já são 7 edições (algumas já reimpressas). Algumas são bibliografia de cursos de graduação e de concursos públicos.

Cada exemplar custa R\$ 10. Você pode adquiri-la pelos correios (assumindo os custos das despesas postais). Basta solicitar a edição que pretende adquirir pelo e-mail secretaria1@cressrj.org.br, enviando seu nome e endereço completo e o número de exemplares que pretende comprar.



O Serviço Social e o sistema sociojurídico



O Serviço Social e a educação



O Serviço Social e os conselhos de direitos e de políticas



Assistência Social



Serviço Social Clínico
As duas primeiras edições da revista, de 2003 e 2004, já esgotadas, foram unificadas nesta edição.



Organização sindical dos assistentes sociais

Os desafios de formação e qualificação para o trabalho em empresas

Foto: Vanor Correia (cedido pela Petrobras)

Assim que chegou à Universidade corporativa da Petrobras (UP), em 2006, Ilma Doher começou a articular, com outras profissionais do RH, um fórum de assistentes sociais.

O I Fórum de Assistentes Sociais do Sistema Petrobras aconteceu em 2007. "A gente fez um levantamento para saber a área de atuação dos assistentes sociais, suas principais atividades e as demandas por capacitação que tinham". Participaram 87 assistentes sociais concursados e 67 contratados. À época, havia 136 concursados. Isto é, uma adesão de mais de 50% dos profissionais do quadro permanente da empresa.

Isso demonstra o vasto campo de trabalho que se abre para o Serviço Social em elaboração e execução de projetos de formação e qualificação de pessoal.

Ilma e Adriana Haefeli (enfermeira) são responsáveis pelo planejamento e execução dos cursos de treinamento da área de saúde. Segundo a assistente social, já está em fase de discussão um curso de formação para os profissionais de saúde recém-admitidos.

Nos cursos organizados por Ilma, em geral os profissionais de gestão de pessoas também podem participar. A área de saúde e de gestão de pessoas são as que contam com maior número de assistentes sociais. Os cursos são planejados para que sejam um espaço de conhecimento, reflexão e troca de experiências entre os diferentes profissionais, onde está incluído o assistente social, que também ministra alguns destes cursos.

"Aqui é tudo muito multiprofissional", comenta Ilma, que defende que este modelo enriquece o trabalho. Ainda assim, demonstra certo desconforto pela dificuldade de estabelecer vínculos mais fortes entre assistentes sociais. E explica que se houver maior integração, é possível melhorar a qualidade do Serviço Social na empresa. "Os assistentes sociais, pela sua cultura de organização coletiva, criam espaços que institucionalmente não existiriam, para se



Da esquerda para a direita: Claudia D'ávila, Ilma Doher e Dácia Teles, assistentes sociais que organizaram o Fórum

O que é a Universidade Petrobras

Desde que foi criada, em 1952, a Petrobras investe na formação de seus profissionais. Em 2004, foi criada a Universidade Petrobras (UP), com o objetivo de ser o órgão centralizador das atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoas. Todos os profissionais concursados da empresa passam por um processo inicial de formação, que pode durar de duas semanas (como é, hoje, o caso de assistentes sociais e outros profissionais da saúde), até um ano (principalmente nas áreas técnicas diretamente ligadas à indústria de petróleo).

Além disso, há os cursos de formação continuada, para todos os profissionais. Com sede no Rio de Janeiro e São Paulo, a UP registrou, em 2011, mais de 82 mil participações em cursos e eventos promovidos pelo órgão, sem contar os cursos de formação para novos profissionais.





Grupo de discussão do I Fórum de Serviço Social do Sistema Petrobras

reunir”, comemora. Mas ainda assim, acha que é possível avançar mais. Um traço corporativo? Ela sorri: “Talvez. É que nossa identidade é muito forte”.

Entre os projetos para o futuro, Ilma pretende realizar o segundo fórum de assistentes sociais. Este segundo fórum permitiria aprofundar os vínculos e a troca de conhecimentos. Enquanto o fórum não acontece, Ilma cria espaços possíveis de troca. Entre outras iniciativas, está mobilizando assistentes sociais de toda a empresa para que enviem suas produções, que serão disponibilizadas na biblioteca da Petrobras.

Das principais demandas que apareceram naquele Fórum, várias já foram atendidas, como os cursos de Saúde do Trabalhador, de Saúde Mental e de Atuação Profissional em situações de mortes e perdas, que hoje é lecionado por uma assistente social da própria Petrobras.

Este último curso é um bom exemplo de como é difícil articular os profissionais da área numa empresa tão grande. Ilma descobriu a professora apresentando trabalho no Congresso Mundial de Serviço Social em 2008, realizado em Salvador/BA, e ficou surpresa ao saber que também trabalhava na empresa.

As contradições

Ilma defende que o trabalho do assistente social em empresa precisa ser mais discutido no âmbito da formação profissional: “A gente

já discuti e criticou muito essa visão de que numa empresa você deixa de trabalhar em favor da sociedade, pra trabalhar em favor da empresa, do lucro”, conta. Antes da Petrobras, Ilma trabalhou na Secretaria Municipal de Assistência Social da cidade do Rio e na Secretaria Estadual de Saúde. “Onde quer que esteja, o assistente social vai viver esses conflitos. Na empresa, essa relação é mais transparente. No órgão público, em princípio, a gente trabalha para a população. Mas também tem alguém que gerencia e, na atual conjuntura, com as políticas de privatização, a contradição também está posta.”

Ilma chegou a sofrer represálias quando trabalhava na Prefeitura, em 2006, por se contrapor a um modelo de gestão empresarial na política pública. Tendência que prevalece em muitos órgãos públicos, hoje.

E acrescenta a entrevistada: “Pela história nacionalista e de luta da Petrobras, há

espaço para construir relações democráticas. Vivemos numa correlação de forças e é possível explorar as contradições a favor dos interesses e dos direitos dos trabalhadores”. Para isso, é fundamental a habilidade política e técnica dos profissionais de Serviço Social.

A própria experiência de atuação na UP é um exemplo disso. Promover cursos sobre saúde do trabalhador, por exemplo, torna possível qualificá-la e defendê-la como direito e como responsabilidade de toda a empresa. Envolve todos os profissionais em um debate que vai além do cuidado com a saúde para garantir maior produtividade, fortalecendo a compreensão de que o trabalhador é, indiscutivelmente, sujeito de direitos. Essa é uma grande contribuição que os profissionais de Serviço Social podem dar neste trabalho de formação e qualificação dentro de um projeto no âmbito de uma empresa.

30 horas na Petrobras

A Petrobras conta com 171 assistentes sociais concursados. O número de contratados é difícil de precisar. Segundo Ilma, a tendência tem sido de redução do número de contratados e ampliação dos concursados.

Mesmo com a dificuldade de atender à demanda de pessoal, a jornada dos assistentes sociais foi reduzida para 30 horas semanais, sem redução de salário. A iniciativa foi da própria direção da empresa, assim que a Lei 12.317/2010 foi sancionada.

Pergunte à COFI

Nova coluna com participação do leitor

Esta coluna foi pensada para ampliar o diálogo dos leitores com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CRESS.

No trabalho cotidiano de orientação profissional, agentes fiscais do CRESS-RJ identificam dúvidas recorrentes de profissionais e estudantes de Serviço Social, de usuários e de outras categorias, sobre o exercício profissional de assistentes sociais. Tirar essas dúvidas através do Praxis, enviado à residência de todos os assistentes sociais inscritos no Conselho, é mais uma

forma de contribuir para a formação e orientação da categoria.

Para cada edição, a COFI responderá algumas das dúvidas mais recorrentes e relevantes, recolhidas nos atendimentos realizados.

Para garantir o diálogo, quem fizer a questão poderá se identificar, caso autorize. O conselho editorial do Praxis entrará em contato, solicitando autorização. Caso deseje manter o anonimato, identificaremos apenas o município e a área de atuação, ou somente a área. A decisão será de quem formulou a pergunta.

Quando devo usar o número do meu registro profissional?

Em qualquer manifestação profissional – seja em relatório, prontuário, livro de registro. Até mesmo em documentos próprios da equipe é importante o uso do número de registro.

Muitas vezes, a COFI encontra situações em que membros da própria equipe não têm certeza se colegas são ou não assistentes sociais e supõe exercício ilegal. Se identificar com o número de registro em todo procedimento evita situações como essa.

Todas as profissões regulamentadas exigem registro. No órgão de classe, quando ele existe. Em nosso caso, o CRESS. O registro profissional é condição para o exercício profissional, seja qual for o vínculo ou a forma de trabalho. Atuar sem o registro representa exercício ilegal da profissão.

O nosso Código de Ética Profissional é bastante claro, em seu artigo 3º, alínea b: é dever do assistente social utilizar o número de registro no Conselho Regional, no exercício da profissão. Ele é sua identificação profissional. É através dele que quaisquer pessoas, sejam colegas, usuários ou outros profissionais, podem identificar e reconhecer sua profissão. Se você assina qualquer documento ou manifestação técnica na condição de assistente social, é o número do registro profissional que dá legitimidade.

Além disso, é direito de qualquer pessoa saber o número do seu registro, pois prestamos serviços à sociedade.

É fundamental que, ao identificar o número do CRESS, se informe também a região (no caso do estado do Rio de Janeiro, 7ª Região). Se o número da região não for informado, você corre o risco de se identificar como outro profissional. O mais prático é utilizar o carimbo, com o número do CRESS e a região.

A COFI faz atendimento ao público?

O papel dos conselhos é a fiscalização do exercício de determinada categoria profissional.

Mas o Conjunto CFESS/CRESS entende que a fiscalização vai além da dimensão normativa-disciplinadora. Os princípios ético-políticos conquistados privilegiam a dimensão político-pedagógica e, portanto, a orientação profissional. Dúvidas e questões acerca dos aspectos normativos e técnicos da profissão, informações de possíveis irregularidades no âmbito do exercício

profissional podem e devem ser comunicadas à COFI. Essas questões são discutidas em reuniões da equipe da COFI, quando se encontram agentes fiscais e demais membros da Comissão.

A COFI estabeleceu uma dinâmica de plantão de atendimento a todos que solicitem orientação sobre o exercício profissional de assistentes sociais. O atendimento pode ser feito por email, por telefone ou pessoalmente nos seguintes horários:

SEDE

E-mail: cofi1@cressrj.org.br

Tel.: (21) 3147-8765

Atendimento:

- Segunda, quarta e quinta-feira, das 13h às 17h30

- Terça-feira, das 9h às 13h30.

SECCIONAL DE VOLTA REDONDA

O trabalho da COFI na Seccional de Volta Redonda está em processo de estruturação. Atualmente o atendimento funciona da seguinte forma:

E-mail: cofi5@cressrj.org.br

Tel.: (24) 3342-6886 (Você também pode ligar para agendar seu atendimento)

Atendimento: quinzenalmente, às terças-feiras, de 14h às 17h. Acompanhe os plantões através do site do CRESS.

SECCIONAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

E-mail: cresscampos@gmail.com (assunto: A/C COFI)

Tel.: (22) 2723-9464

Atendimento: de terça a quinta-feira, das 13h às 18h.

Assistentes sociais em ouvidorias

A COFI tem recebido muitas comunicações e pedidos de orientação sobre o trabalho de assistentes sociais em ouvidorias, em diversas instituições. Essa é uma área de atuação que vem se ampliando, e que ainda carece de maior debate e sistematização. Para conhecer melhor essas experiências, a COFI planeja realizar evento sobre o tema. Acompanhe pelo site do CRESS.

Orientação e fiscalização profissional

Termo de orientação

Abordagem social na rua

No dia 31/1, o CRESS-RJ publicou termo que orienta atuação de assistentes sociais em abordagem social na rua. O termo deixa claro que está entre as atribuições do assistente social o trabalho com população em situação de rua. Mas no sentido oposto àquele que tem sido praticado nas ações de recolhimento compulsório praticadas por diferentes órgãos públicos.

O PRAXIS entrevistou dois membros da COFI do CRESS-RJ, as assistentes sociais Hilda Corrêa e Kátia Custódio, para melhor esclarecer aos profissionais sobre o termo.

**PRAXIS** Por que o termo de orientação?

Nós temos uma experiência, no Rio de Janeiro, de abordagem de rua truculenta. O prefeito assumiu o compromisso de garantir a ordem do espaço público. Essa intenção de ordenação do espaço foi transplantada para lidar com seres humanos. Para a cidade ficar bonita e organizada, essas pessoas precisam sair das ruas, porque elas enfeiam a cidade. Não é uma preocupação com o cidadão que está numa situação de extrema violação de direitos.

X Por que esta abordagem vai contra o código de ética?

Porque é vedado ao assistente social o cerceamento da liberdade, a participação em práticas repressivas, a não informação e inclusão do usuário na decisão sobre o seu atendimento. Por isso, o termo é explícito sobre o recolhimento compulsório.

X Então o profissional deve se negar a participar do recolhimento compulsório?

Deve. Essas operações prejudicaram muito o trabalho que já anos o Serviço Social vem desenvolvendo. Hoje, muita gente que precisa da política de proteção social foge do carro da assistência social.

X Mas a abordagem na rua faz parte das atribuições de assistentes sociais?

Sim. É permitido ao profissional participar da abordagem social na rua. São grupos que têm uma série de direitos violados que demandam a atuação de assistentes sociais, inclusive denunciando essas violações.

Muitas pessoas que estão em situação de rua dificilmente procuram atendimento nos

equipamentos públicos. E a realidade que nós vivemos, hoje, está levando muita gente a essa situação de extrema vulnerabilidade. Os atuais dilemas urbanos estão impondo a profissionais de diversas áreas que saiam de sua sala de trabalho, para atender esse segmento. Há muito a ser feito.

A abordagem na rua não pode prescindir das condições éticas e técnicas para o trabalho com qualidade que o profissional deve prestar. A preocupação com o registro, com o sigilo, com a não exposição do usuário deve estar sempre presente. A abordagem na rua é um momento do conjunto do atendimento que deve ser prestado, e isso o Termo também deixa bem claro.

X E como devemos atuar na abordagem social na rua?

Em primeiro lugar, é preciso estabelecer relação de confiança, até que a pessoa se sinta em condições de buscar os equipamentos públicos. Ninguém chega à rua de um dia para o outro. Há um processo. Então, o processo de saída também não é de um dia para o outro.

Os motivos que levam as pessoas às ruas são diversos. A atenção também tem que ser diferenciada. É preciso escutar e se aproximar daquela realidade, porque é no conhecimento concreto dela que surgirão as saídas.

X E se a pessoa, por exemplo, for dependente de drogas?

Primeiro, o termo não diz respeito só à abordagem da população usuária de drogas, de forma nociva ou não. Ele se refere à forma de abordagem social de diferentes grupos que se encontram nas ruas. Segundo, não está entre as competências e atribuições

do assistente social realizar diagnóstico de saúde; este trabalho é complexo e precisa de intervenção multidisciplinar. O que não impede a abordagem social junto a esse público, dadas as suas necessidades sociais. Mas não as de caráter puramente repressivo.

X O que fazer quando o gestor obriga a participação em ações repressivas junto a essa população?

Está no Código de Ética – o assistente social está proibido de acatar determinação institucional que fira os princípios deste código. Cabe a ele denunciar as normas que ferem esses princípios aos órgãos competentes.

Antes de ser um funcionário de qualquer instituição, o profissional tem uma formação que lhe impõe certas determinações e princípios. Nos preocupamos, neste termo de orientação, em informar isso aos gestores. Também nos dirigimos a assistentes sociais que estão em cargo de chefia.

Trata-se de uma disputa de concepção de política social. O assistente social precisa se posicionar, e ele possui instrumentos para tal. O Código de Ética e a Lei de Regulamentação são legislações que protegem o profissional de mandos que não condizem com os princípios e normativas que lá estão. E, a partir de experiências concretas de abordagem na rua, ouvindo profissionais em diversos eventos divulgados e realizados, o CRESS-RJ elaborou o Termo para fortalecer a defesa coletiva de um exercício profissional de qualidade.

Leia a íntegra do termo de orientação em: www.cressrj.org.br/download/arquivos/termo-de-orientacao-abordagem-na-rua.pdf



A culpa não é da natureza!

Fotos: Ana Lucia Vaz

Mais um verão se foi. Restaram os desastres. O mais recente do estado do Rio de Janeiro, em Xerém, distrito de Duque de Caxias, deixou dois mortos, segundo dados oficiais. A Defesa Civil avalia que cerca de 360 famílias perderam suas casas e terão direito ao aluguel social. Outras centenas – não contabilizadas – perderam tudo o que existia dentro de casa. Essas famílias contam apenas com a solidariedade das doações para reconstruir seus lares. Em termos de medidas preventivas, a única ação planejada, por enquanto, é a instalação de sirenes.

Angra dos Reis, este ano, viveu novo estado de alerta, desta vez com consequências menos trágicas. Mas o crescimento desordenado da cidade continua, anunciando novos desastres.

No Rio de Janeiro, a principal medida dos governos municipal e estadual, até agora, foi aproveitar os desabamentos durante as chuvas de abril de 2010, para remover favelas inteiras em áreas que os projetos de reurbanização pretendem tornar comercialmente mais interessantes.

Em Niterói, o aluguel social de R\$ 400 continua sendo pago a pouco mais de 300 famílias, embora, segundo os movimentos sociais, cerca de mil perderam suas casas.

Muitas continuam em abrigos. Enquanto isso, o prefeito recém-eleito anuncia um plano de prevenção de desastres, todos envolvendo monitoramento das chuvas e planejamento de emergência. Como em todos os lugares, a população desabrigada não sabe seu destino. As medidas sociais para que as próximas chuvas não provoquem novas tragédias humanas são relegadas a segundo plano.

Na Região Serrana, as chuvas foram mais amenas, este ano. O descaso do poder público com os desabrigados, porém, prolonga o desastre social. As violações de direitos vão do não pagamento de aluguel social a famílias que perderam suas casas, à truculência para impor a famílias cujas casas não foram afetadas a negociar seus imóveis por preços muito abaixo do valor. As obras de recuperação são lentas e ineficazes. No desassoreamento, por exemplo, a terra retirada do rio está sendo depositada na margem do mesmo rio.

As interdições são feitas de maneira que a população desconhece até mesmo o número do processo da própria casa e qualquer base técnica ou política para as decisões. CPI da ALERJ, realizada em 2011, aponta para desvio de verbas destinadas à região afetada.

Na base de todas as tragédias, o mesmo descaso do Poder Público com a população mais pobre.

Naturalização da desigualdade

“Muito do que a gente chama de ‘risco’ está associado à ação, ou ausência da ação, do Estado. À forma como o território é gerenciado”, explica Dora Vargas, assistente social, doutoranda e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres da Universidade de São Carlos.

Dora critica a insistência em chamar de naturais, desastres como os descritos acima. “Existem elementos biofísicos, mas também uma estrutura de desenvolvimento que coloca grupos sociais em situação de vulnerabilidade.”

Dora trabalhou durante 10 anos na Defesa Civil de Juiz de Fora, Minas Gerais. “O desastre é o processo de ruptura social. A Região Serrana, por exemplo, continua em desastre. Porque a população continua em sofrimento por tudo o que não foi feito lá.”

Os governos culpam a natureza. A mídia informa que estudos cartográficos já alertavam para o risco de desastre e a inoperância do Estado. Segundo Dora, “é comum surgirem mapas cartográficos que já previam a tragédia”. Mas estes mapas cartográficos não resolvem.

“Primeiro, porque eles são engavetados pelo poder público com muita facilidade.” Segundo, porque “têm servido para remoções



Da esquerda para a direita, as assistentes sociais Irinéa, Kelly, Tereza, Letícia, Vânia e Sônia no plantão do dia 14/2, no abrigo improvisado na Escola Municipal Ely Combat, em Xerém, Duque de Caxias

Secretário de Defesa Civil se explica à população em Xerém



arbitrárias, que significam desterritorialização sem garantia nenhuma". Na prática, mais um elemento de insegurança para a população.

"A gente está falando da perspectiva classista do Estado. Em razão da nossa formação social brasileira, o Estado não é garantidor de proteção social", conclui.

Política para a mídia

"A nossa cultura é o protagonismo do pós-impacto. Principalmente enquanto a mídia está lá. Depois de um, dois meses, ninguém mais sabe de nada", afirma Dora Vargas. A experiência de Xerém comprova. O "sucesso" da tragédia chegou a incomodar os moradores. "As ruas ficaram cheias desses carrões 4x4, gente fotografando", comenta Diego Silva de Bem, assistente social e morador de Xerém. "Nossa tragédia virou atração turística!"

Uma moradora, que conversou conosco, disse que cansou de dar entrevistas. "Nos primeiros dias, foi tanto repórter por aqui!" Ela perdeu tudo o que tinha em casa. Inclusive os equipamentos de trabalho do marido. Sua casa, agora na beira do rio, foi considerada sem risco pela Defesa Civil. "Eles disseram que tem que consertar isso e aquilo, mas é tudo por minha conta!" Vizinhos, amigos e comerciantes locais estão ajudando.

Mais de um mês após a enchente, as máquinas continuam o desassoreamento do rio Capivari. Mas "o ritmo diminuiu muito", comenta outra moradora.

A aplicação do orçamento da União comprova que a lógica é a mesma em todo o país: muito investimento em medidas emergenciais, pouco em prevenção.

Os valores publicados pelo governo federal não são precisos. Mas todos os levantamentos apontam para um gasto no mínimo cinco vezes maior em reconstrução, que em prevenção. O mais dramático: do orçamento previsto para medidas preventivas, um terço ou menos foi utilizado nos últimos anos.

"Olha que coisa doida: tem verba pública que não é usada. E tem os abandonados, pelo Brasil a fora, nos diferentes desastres midiáticos", denuncia Dora.

Serviço Social para além da emergência

Assistentes sociais de Angra dos Reis decidiram cobrar da Prefeitura iniciativas de formação e planejamento para situações de emergência. Quando começaram as chuvas deste ano, vários assistentes sociais se apresentaram para o trabalho. "Fomos dar assistência, mas também estávamos desassistidos", diz Miquilina Figueiredo, assistente social da Prefeitura de Angra.

Falta de planejamento e estrutura para situações de emergência torna confuso o trabalho de assistentes sociais. Até para fazer o cadastro de abrigado é aconselhável levar caneta e caderno de casa. Os cadastros acabam se perdendo. Para Miquilina, "numa era informatizada, é preciso, no mínimo, um sistema que permita gerar indicadores para políticas sociais."

Segundo Dora, pelo Brasil, a Defesa Civil costuma atuar com uma formação

exclusivamente militar ou voluntária. "Aqueles pessoas de boa vontade, que vestem o colete azul e atendem como Defesa Civil. Você pode imaginar o que isso gera em termos de concepções de trabalho?"

A lógica militar que prevalece na maioria dessas ações: restauração e manutenção da ordem.

Miquilina defende a presença de assistentes sociais na Defesa Civil, ainda raros. Dora, que atuou 10 anos na área, diz que a experiência é rica. Mas, para ela, "o mais importante é que as políticas sociais sejam consideradas em sua intersectorialidade".

Para Dora, o Serviço Social precisa ser propositivo. "Para além da intervenção profissional no mote da emergência, ele pode fazer prevenção e reconstituição. A gente tem uma contribuição importante que é trazer este olhar social e intersectorial."



Subsecretário de Segurança tenta acalmar a população



Seccionais

Campos do Goytacazes**Violação de direitos é a regra de conduta em Porto Açu**

O CRESS-RJ foi convidado, junto com a Universidade Federal Fluminense (UFF), Fiocruz, Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e outros parceiros, para conhecer a realidade da população de São João da Barra atingida pela obras do Porto Açu. "As pessoas estão sendo tiradas de suas casas de forma muito autoritária", constatou Júnia de Souza Elias, da Seccional de Campos dos Goytacazes.

Na visita ao 5º distrito de São João da Barra, no ano passado, as representantes do CRESS-RJ/Seccional Campos dos Goytacazes, conversaram com os camponeses e moradores da região. "As pessoas estão perdidas", lamentou Júnia. Pelos relatos reunidos, a retirada das famílias da área onde a LLX (empresa de logística do grupo EBX, de Eike Batista) pretende construir seu mineroduto tem sido feita à base de intimidação, sem qualquer respeito aos direitos humanos.

As pessoas estão sendo transferidas de seu local de moradia para um terreno que não tem significado nem história para elas. Mas a violação dos direitos vai além. São pessoas que vivem da pesca e da agricultura, que estão sendo colocadas em um terreno que não permite nenhuma dessas atividades.

Para piorar a situação, o terreno em que estão sendo assentados está em litígio. Por isso, foram orientados a não plantar nada de longa duração, como árvores frutíferas. Ou seja, podem ser novamente removidos.

O projeto ainda demarcou áreas do mar onde os pescadores não podem mais chegar.

"Camponeses, pescadores, agricultores familiares se tornaram dependentes da assistência social por causa do Porto", lamenta Júnia. Este é o resultado das ações do grupo EBX, em conjunto com a Prefeitura de Barra de São João e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

É uma contradição trágica, se lembrarmos que o projeto está incluído no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), com 40 milhões de investimento público-privado.

Salinização da terra

O Ministério Público Federal instalou inquérito civil público para investigar as denúncias de que as obras do Porto estariam salinizando as águas. A denúncia já é antiga. Recentemente, estudos de pesquisadores da UENF apontaram que há também um processo de salinização da terra. Um verdadeiro desastre, em termos ambientais, pois, diferente da água, a salinização da terra é irreversível.

Durante a visita, o CRESS-RJ também ouviu queixas sobre a atuação de alguns assistentes sociais nos processos de desapropriação.

A Seccional de Campos está organizando atividades de modo a apoiar assistentes sociais da região na defesa do Serviço Social de acordo com os princípios ético-políticos da profissão. No III Seminário do SUAS, promovido pela Seccional Campos, em outubro do ano passado, a implantação do Porto Açu e suas consequências para a população foi um dos principais focos dos relatos de experiências. Na época, foi aprovada moção de repúdio às ações do capital local.

Volta Redonda**Crescimento e precarização do mercado de trabalho**

Nos anos 1980, havia poucos assistentes sociais em Volta Redonda. Carmem Brandão, assistente social da Companhia de Habitação de Volta Redonda (COHAB-VR) desde janeiro de 1987, conta que, quando começou, a Prefeitura tinha apenas cinco assistentes sociais. As condições de trabalho também eram melhores. Todas as assistentes sociais da Prefeitura eram concursadas, com salário de quase dez mínimos. Outro empregador importante era a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional).

Os demais se aposentaram ou, como é o caso de Carmem, estão cedidos à Prefeitura. Após a privatização, a CSN também acabou com o quadro de assistentes sociais.

Com a implantação do SUAS, porém, o mercado de trabalho para assistentes sociais cresceu muito na região. Hoje, só na Prefeitura são mais de 30 profissionais. "A maioria com vínculo de RPA (Recibo de Pagamento de Autônomo), sem quaisquer garantias", lamenta Carmem, que hoje assessora o gabinete da Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC), na equipe de planejamento e monitoramento da política de assistência social do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

Muitas instituições de assistência social também começaram a contratar assistentes sociais. Na década de 1980, apenas quatro ou cinco tinham profissionais de Serviço Social. Hoje, em Volta Redonda, quase vinte instituições recebem verba do SUAS, que exige a presença de assistente sociais. Algumas ainda não se adequaram, mas têm prazo. Também nessas instituições prevalece o vínculo de trabalho precário.

A oferta de profissionais cresceu mais que a de empregos. Até os anos 1990, era preciso sair da cidade para se formar em Serviço Social. Hoje, duas faculdades particulares formam cerca de 80 assistentes sociais por ano, segundo Carmem. Muito mais do que o mercado absorve. "Isso precariza ainda mais as condições de trabalho."

O piso salarial da Prefeitura, hoje, não chega a três salários mínimos. A política de assistência social pretende qualificar o serviço. "É a lógica do atendimento continuado", segundo Carmem. O repasse de verba para as instituições, por exemplo, é constante. Mas a falta de vínculo empregatício dos profissionais compromete a qualidade do serviço. "Você capacita o profissional, ele passa num concurso de outra cidade e vai embora!", lamenta Carmem. "É um programa de formação continuada, para um quadro de pessoal rotativo."

Segundo Carmem, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) está tentando reverter este quadro, que não é exclusivo de Volta Redonda.

Em 2012, o CRESS-RJ entrou com denúncia no Ministério Público contra as contratações precárias, realizadas na vigência de um concurso público. Também vem estimulando a organização sindical de assistentes sociais, por melhores salários e condições de trabalho. Apenas a organização e a luta coletiva podem alterar este quadro.

Mês de maio terá Congresso, seminários e minicursos

Em maio de 2013, o CRESS-RJ organizará o Congresso dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, com o tema "Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho de assistentes sociais". O evento será realizado nos dias 14 e 15 de maio, na UERJ, e será preparatório para o XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que ocorrerá em Águas de Lindóia/SP, em outubro. As mesas centrais do Congresso serão transmitidas simultaneamente pelo site do CRESS-RJ. O Congresso também

será um importante momento para troca de experiências profissionais, com apresentação de trabalhos aprovados após parecer emitido por um especialista da área, externo à direção do Conselho.

Dando continuidade à política de interiorização do CRESS-RJ, este ano todos os demais Seminários Estaduais serão descentralizados: um em Nova Friburgo, um em Volta Redonda, um em Campos dos Goytacazes e um em Cabo Frio.

Atendendo à solicitação de profissionais de algumas regiões do estado, os minicursos

da sede do CRESS-RJ e da sede da Seccional de Volta Redonda serão realizados a partir das 17h. Além disso, cada núcleo de assistentes sociais sediará um minicurso, cujo tema e município de realização foram escolhidos pelo próprio núcleo. Temas do cotidiano do exercício profissional, mas também debates polêmicos no âmbito da categoria foram escolhidos como o fio condutor desta forma de comemorar o Mês do Assistente Social que já é marca entre os assistentes sociais do estado do Rio de Janeiro.

As inscrições para o Congresso, seminários e para os minicursos serão feitas pela página eletrônica do CRESS (www.cressrj.org.br), onde também haverá instruções detalhadas sobre como proceder. As informações que aparecem na programação com a indicação a confirmar também serão atualizadas na página, bem como as ementas dos minicursos e os locais de realização dos mesmos no interior. Você pode também acompanhar outras atividades comemorativas do mês do assistente social, em maio, pela página eletrônica.

Todos os palestrantes, professores e pareceristas do mês de maio estão em dia com suas anuidades no Conselho.



PROGRAMAÇÃO DO CONGRESSO

14 de maio	15 de maio
<p>8h30 Credenciamento</p> <p>9h Abertura</p> <p>9h30 Mesa • “A defesa do projeto ético-político do Serviço Social diante da crise do capital e das políticas sociais: competências, atribuições privativas e o papel das resoluções do Conjunto CFESS/CRESS”</p> <p>Yolanda Guerra - doutora em Serviço Social, professora da Escola de Serviço Social da UFRJ (CRESS 12976/7ª Região)</p> <p>Rosa Prêdes - doutora em Serviço Social, professora da Escola de Serviço Social da UFAL, Conselheira do CFESS (CRESS 665/16ª Região - Alagoas)</p> <p>Local: Teatro Odylo Costa Filho (Teatrão)</p> <p>14h Apresentação de trabalhos</p>	<p>9h Apresentação de trabalhos</p> <p>14h Mesa • “Condições de trabalho na contemporaneidade, exercício profissional e o significado ético-político do sigilo profissional”</p> <p>Valéria Forti - doutora em Serviço Social, professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ (CRESS 4506/7ª Região)</p> <p>Eunice Fávero - doutora em Serviço Social, assistente social do TJ de São Paulo (CRESS 8295/9ª Região - São Paulo)</p> <p>Local: Teatro Odylo Costa Filho (Teatrão)</p> <p>18h Encerramento e confraternização</p>

PROGRAMAÇÃO DOS SEMINÁRIOS ESTADUAIS

3/5 14h	REGIÃO SERRANA Nova Friburgo Local a confirmar	Tema: “Desastres e justiça socioambientais e o papel do Serviço Social” Palestrantes: Dora Vargas – assistente social, doutoranda em Sociologia dos Desastres CRESS 3911/6ª Reg. Isabel Cardoso – assistente social, professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ CRESS 09972/7ª Reg.
11/5 16h	SUL FLUMINENSE E MÉDIO PARAIÁBA Volta Redonda Local a confirmar	Tema: “Segurança social e a tendência à assistencialização das políticas sociais” Palestrantes: Mavi Rodrigues – assistente social, professora da Escola de Serviço Social da UFRJ CRESS 11266/7ª Reg. Tatiana Dahmer – assistente social, professora da Escola de Serviço Social da UFF/Niterói CRESS 11745/7ª Reg.
24/5 14h	NORTE E NOROESTE FLUMINENSE Campos dos Goytacazes IFF- Instituto Federal Fluminense Rua Dr. Siqueira, 273	Tema: “Clientelismo, autoritarismo e garantia de direitos” Palestrantes: Maria Carmelita Yazbek – assistente social, professora da Escola de Serviço Social da PUC-SP CRESS 01195/9ª Reg. Marinete Moreira – assistente social do INSS, vice-presidente do CFESS CRESS 08537/7ª Reg.
28/5 14h	REGIÃO DOS LAGOS Cabo Frio Aud.Universidade Veiga de Almeida Estr. Perynas, s/n - São Cristóvão	Tema: “Políticas sociais e mercado de trabalho para assistentes sociais” Palestrantes: Fátima Grave Ortiz – assistente social, professora da Escola de Serviço Social da UFRJ CRESS 09924/7ª Reg. Ana Paula Mauriel – assistente social, professora da Escola de Serviço Social da UFF/Niterói CRESS 11257/7ª Reg.

PROGRAMAÇÃO DOS MINICURSOS

RIO DE JANEIRO

Local: Sede do CRESS (Rua México, 41/12º andar) - Horário: 17h às 21h

Data	Cód.	Tema	Professor
2/5	01	O trabalho do assistente social em abordagem na rua	Marcelo Jaccoud - CRESS 14446/7ª Reg.
06/05	02	Saúde do trabalhador e Serviço Social	Ana Inês - CRESS 13192/7ª Reg. Mônica César - CRESS 08766/7ª Reg.
7/5	03	Diversidade sexual, homofobia e Serviço Social	Marco José Duarte - CRESS 07974/7ª Reg. Guilherme Almeida - CRESS 12967/7ª Reg.
8/5	04	Laudos periciais e de assistência técnica em Serviço Social	Andreia Pequeno - CRESS 10066/7ª Reg.

9/5	05	Drogas, direitos humanos e Serviço Social	Rita Cavalcante - CRESS 10879/7ª Reg.
20/5	06	Raça, etnia e Serviço Social	Magali Almeida - CRESS 05413/7ª Reg.
21/5	07	Políticas de privação de liberdade e o trabalho do assistente social	Fábio Simas - CRESS 15016/7ª Reg.
22/5	08	Famílias, violências geracionais e de gênero e Serviço Social	Rosana Morgado - CRESS 07127/7ª Reg.
23/5	09	Direitos sexuais e reprodutivos, aborto e Serviço Social	Maurílio Matos - CRESS 12061/7ª Reg. Betânia Carvalho - CRESS 12337/7ª Reg. Rejane Farias - CRESS 19539/7ª Reg.
27/5	10	Políticas repressivas em saúde mental e Serviço Social	Conceição Robaina - CRESS 08540/7ª Reg.
29/5	11	Despejos, remoções e Serviço Social	Isabel Cardoso - CRESS 09972/7ª Reg.

Outros locais - Horário: 14h às 18h

Data	Cód.	Tema	Professor	Núcleo/Local
6/5	12	Elaboração de projetos de intervenção, Serviço Social e ética profissional	Ney Almeida CRESS 10867/7ª Reg.	Josy Ramos CABO FRIO
8/5	13	Estudos, pareceres e laudos sociais: a ética profissional na produção de documentos	Paula Caldas CRESS 12789/7ª Reg.	Baixada: organização e luta NOVA IGUAÇU
20/5	14	Competências e atribuições do assistente social, trabalho interdisciplinar e a ética profissional	Lobelía Faceira CRESS11933/7ª Reg.	NUC. AS Arco Verde CAMPO GRANDE
21/5	15	Análise de indicadores sociais, Serviço Social e ética profissional	Luana Siqueira CRESS 16353/7ª Reg.	Maria Conga e Andorinhas NITERÓI
23/5	16	Estudos, pareceres e laudos sociais: a ética profissional na produção de documentos	Charles Toniolo CRESS 13.274/7ª Reg.	Esterlina Ramos TERESÓPOLIS

SECCIONAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Local: Sede da Seccional (Rua 21 de Abril, 272/sala 311, Centro) - Horário: 14h às 18 h

Data	Cód.	Tema	Professor
2/5	17	Despejos, remoções e Serviço Social	Ana Maria Almeida - CRESS 08317/7ª Reg.
29/5	18	Análise de indicadores sociais, Serviço Social e ética profissional	Silvina Gallizia - CRESS 15180/7ª Reg.

Outros locais - Horário: 14h às 18h

Data	Cód.	Tema	Professor	Núcleo/local
7/5	19	Estudos, pareceres e laudos sociais: a ética profissional na produção de documentos	Fátima Valentim CRESS 06782/7ª Reg.	Luta, Ética e Direitos ITAOCARA
9/5	20	Elaboração de Projetos de Intervenção, Serviço Social e ética Profissional	Elizabeth Salvador CRESS02495/7ª Reg.	Construção e Movimento MACAÉ
27/5	21	Drogas, direitos humanos e Serviço Social	Adriana Feliciano CRESS 13758/7ª Reg.	Integração e Liberdade ITAPERUNA

SECCIONAL DE VOLTA REDONDA

Local: Sede da Seccional (Rua 25-A, 23 Sala 619, Ed. CBS, Vila Santa Cecília) - Horário: 17h às 21h

Data	Cód.	Tema	Professor
20/5	22	Elaboração de projetos de intervenção, Serviço Social e ética profissional	Eblin Farage - CRESS 13280/7ª Reg.
27/5	23	Famílias, violências geracionais e de gênero e Serviço Social	Vanessa Bezerra - CRESS 13313/7ª Reg.

Outros locais – Horário: 14h às 18 h

Data	Cód.	Tema	Professor	Núcleo/local
21/5	24	Instrumentos e técnicas e a ética profissional em Serviço Social	Francine Helfreich CRESS 13674/7ª Reg.	Agulhas Negras PORTO REAL
22/5	25	Estudos, pareceres e laudos sociais: a ética profissional na produção de documentos	Márcia Nogueira CRESS 11986/7ª Reg.	Costa Verde ANGRA DOS REIS
29/5	26	Instrumentos e técnicas e a ética profissional em Serviço Social	Lúcia Soares CRESS 1268/7ª Reg.	Centro Sul VASSOURAS

Outras ações do CRESS-RJ

Foto: Rafael Wallace



Relatório da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ – o CRESS-RJ participou do lançamento do relatório de atividades do ano de 2012 da Comissão, em cerimônia realizada na ALERJ, dia 10/12.

Audiência pública sobre Serviço Social e Educação – o CRESS-RJ participou da mesa da audiência pública realizada no Congresso Nacional, em Brasília, dia 5/12, sobre o projeto de lei que institui o trabalho do Serviço Social e da Psicologia em todas as escolas do país. Na mesa, além de representantes da Psicologia, o CFESS e o CRESS-RJ apresentaram experiências exitosas do trabalho do assistente social na educação, reivindicando a aprovação do projeto de lei.

Serviço Social nas UPAs – dia 17/12, o CRESS-RJ realizou evento devolutivo da sistematização dos dados e das propostas coletadas durante o evento sobre Serviço Social nas Unidades de Pronto Atendimento, realizado em novembro. O evento aconteceu na sede do SINDSPREV, com a presença do sindicato e do MUSPE (Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais). Na reunião, foi indicada uma comissão que sistematizará os dados a partir de um documento denunciando

as condições de trabalho, o desrespeito às atribuições profissionais e a privatização da saúde pública em nosso estado. O documento será publicado em breve.

Audiência pública sobre o Crack – o CRESS-RJ participou da mesa da audiência pública realizada pelo Ministério Público do estado do Rio de Janeiro, no dia 11/12. Na ocasião, denunciou a ineficácia das operações de recolhimento compulsório da Prefeitura do Rio, defendendo a ampliação da política de redução de danos, de consultórios de rua e de Centros de Atenção Psico-Social em álcool e drogas (CAPSad). O CRESS participou ainda da reunião preparatória da audiência, dia 5/12.

Racismo ambiental – a Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual do CRESS-RJ realizou, o debate "Racismo ambiental e organização social das cidades", no dia 19/12, no auditório do CRESS. Foi discutida a dimensão étnico-racial nos processos de ocupação de territórios urbanos e rurais, e a importância do trabalho do assistente social nestes territórios.

Audiência pública sobre política voltada à população de rua – membros da COFI e da Comissão de Direitos Humanos do CRESS-RJ participaram da audiência realizada pela Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, dia 18/12.

Frente Estadual de Drogas e Direitos Humanos – o CRESS-RJ indicou a assistente social e professora Rita Cavalcante para compor a Secretaria Executiva da Frente criada em 2012. Também vem sediando as reuniões ampliadas da Frente.

Foto: Gabriel Telles



Lançamento do Programa Estadual de Direitos Humanos – dia 14/12, na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (ALERJ), o CRESS-RJ participou da cerimônia promovida pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, onde possui assento. Na ocasião, que contou com a presença do Secretário Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, o CRESS destacou a importância de todas as secretarias do estado se envolverem no debate sobre direitos humanos. A Comissão de Direitos Humanos do CRESS mobilizou as diversas comissões temáticas do Conselho para contribuir com o Programa Estadual.

Relatório anual do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura – no dia 12/12, o CRESS-RJ esteve presente na apresentação do documento, juntamente com o órgão que foi parceiro do Conselho em diversas atividades durante o ano na defesa dos direitos humanos. O relatório pode ser lido no site do CRESS.

Confraternização de fim de ano – dia 15/12, ocorreu a festa de confraternização com os funcionários do CRESS-RJ, no Tijuca Tênis Clube.

Construção dos Fóruns Regionais de Supervisão de Estágio – o CRESS-RJ participou de reunião convocada pela ABEPSS,

em Volta Redonda, para a construção do fórum regionalizado sobre supervisão de estágio no Sul Fluminense, conforme deliberação do Fórum Estadual realizado em 2012.

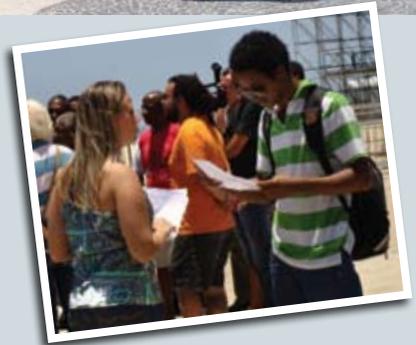
Encontro Local de Assistentes Sociais (ELAS) de Araruama – o CRESS-RJ esteve presente na mesa de abertura do Seminário realizado no dia 17/1, que discutiu o tema “Trabalho e Serviço Social: nós também somos parte da classe trabalhadora!?”.

Grupo de Trabalho Nacional Serviço Social no campo sociojurídico – o CRESS-RJ, que representa a Região Sudeste no GT coordenado pelo CFESS, participou de reunião realizada nos dias 26 e 27/1, em São Paulo.

Reuniões dos núcleos recém-criados – conselheiros do CRESS-RJ (da sede e seccionais) acompanharam as primeiras reuniões dos núcleos de assistentes sociais no interior do estado, e vem acompanhando alguns desdobramentos das mesmas.



Ato em defesa da população de rua – o CRESS-RJ participou do ato, na Praia de Copacabana, em defesa dos direitos da população adulta de rua, no dia 10/12. Organizado pelo Fórum Estadual de População Adulta de Rua, que o CRESS-RJ compõe, a panfletagem dialogava com as pessoas que ali passavam sobre a importância de se ter políticas públicas voltadas para essa população, e não apenas operações de recolhimento.



AÇÕES DO CRESS – Dezembro de 2012 e Janeiro de 2013

NÚMEROS

Pedidos de novas inscrições / reinscrições	197	
Pedidos de cancelamentos / transferências para outros CRESS	80	
Débitos encaminhados para Dívida Ativa	94	
Atendimentos da COFI	por telefone	131
	por e-mail	61
	pessoalmente	32
Visitas realizadas	16	
Novos procedimentos da COFI	04	
Novas denúncias éticas	de usuários	01
	de assistentes sociais	01
	de outros	-
Processos éticos em andamento	com Comissões de Instrução de Processos Éticos em funcionamento	13
	sem Comissões de Instrução de Processos Éticos em funcionamento	05
Reuniões de Comissões do CRESS-sede	22	
Reuniões na Seccional de Campos dos Goytacazes	01	
Reuniões na Seccional de Volta Redonda	05	
Reuniões de Núcleos do CRESS	08	



30 horas na Prefeitura do Rio de Janeiro – mediada pelo Vereador Reimont, Presidente da Comissão Especial pela implantação da Lei 12.317/2010 na Prefeitura do Rio, o CRESS-RJ realizou audiência com o vice-prefeito e atual secretário de Assistência Social, Adilson Pires. Na ocasião, o Conselho foi informado da intenção da Prefeitura de realizar um novo concurso público para assistentes sociais. Entretanto, a proposta inicial era atrelar a aplicação da lei à chamada de concursados. Na ocasião, os representantes do Conselho alertaram para o fato de que desde 2010 a Prefeitura se recusa a cumprir a lei, e que os profissionais já não suportam mais tanta espera. O CRESS-RJ reivindicou a aplicação imediata da jornada de 30 horas, inclusive como estratégia para acelerar a realização do concurso público. Na mesma audiência, o CRESS-RJ informou ao secretário sobre o Termo de Orientação sobre Abordagem Social na Rua.

30 horas no serviço público federal – o CRESS-RJ se reuniu, a pedido, com os assistentes sociais do Hospital Federal dos Servidores, no dia 23/1, na própria unidade, e dia 28/1, na sede do CRESS, sobre a jornada das 30 horas para os funcionários do Ministério da Saúde.

Ciclo de debates da Comissão de Direito à Cidade – no dia 13/12, no auditório do Conselho, foi encerrado o ciclo de debates organizado pela Comissão de Direito à Cidade do CRESS, com o tema “Saneamento, Justiça ambiental e a reprodução do discurso do ‘risco’: a atuação dos assistentes sociais em situações de injustiça ambiental”. Foram debatidas as situações de desastres socioambientais, seus desdobramentos e o trabalho do assistente social.



CRESS aprova política estadual

Os 11 núcleos do estado do Rio de Janeiro já estão funcionando.

Dia 19 de janeiro, representantes dos núcleos se reuniram, na sede do CRESS-RJ, no primeiro Encontro CRESS/Seccionais de 2013. A reunião definiu e aprovou a política estadual de nucleação. Veja no site do CRESS (www.cressrj.org.br) a íntegra da política aprovada. Conforme portaria 01/13, cada núcleo poderá indicar um representante para participação no Conselho Pleno do CRESS-RJ.

Próximo encontro
5 de julho, às 14h
Auditório do Conselho

Objetivos dos núcleos

Um dos principais objetivos dos núcleos é aproximar assistentes sociais das diferentes regiões do estado da direção da entidade, promovendo a descentralização e interiorização dos debates e ações do CRESS-RJ.

Em sua ação, o núcleo deve contribuir para:

1. a reflexão e o enfrentamento de dificuldades no exercício profissional cotidiano (via eventos, oficinas e outras iniciativas), acionando a direção do CRESS-RJ (Sede e Seccionais) sempre que necessário;
2. o mapeamento das condições gerais em que se dá o exercício profissional de assistentes sociais na região, incluindo a identificação de situações que requeiram intervenção da COFI;
3. potencializar lutas regionais por ampliação de mercado profissional para o Serviço Social e para a qualificação do exercício profissional.

Os núcleos também se comprometeram a sediar curso "Ética e exercício profissional", coordenado pelo CRESS-RJ. Também realizarão evento durante as comemorações do mês de maio, além de outras atividades, de acordo com a realidade local.

Sobre o funcionamento

- Todos os núcleos terão um conselheiro (da Sede ou Seccionais) responsável pelo seu acompanhamento.
- As reuniões do núcleo serão feitas de acordo com a necessidade e disponibilidade locais. Em no mínimo uma por trimestre, o conselheiro responsável estará presente. É indicado que essas reuniões aconteçam em forma de rodízio entre as cidades, em espaços gratuitos que não comprometam politicamente o núcleo.
- Os núcleos não respondem, nem deliberam, pelo CRESS, a não ser que haja delegação expressa.
- Haverá, ainda um pequeno orçamento anual para funcionamento dos núcleos.
- Anualmente, será realizado ao menos um encontro estadual de representações dos núcleos, de preferência na ocasião da realização das assembleias ordinárias do CRESS-RJ. A agenda dos núcleos será divulgada nos meios de comunicação do Conselho.
- Os núcleos estão abertos à participação de estudantes e demais interessados.

Conheça os núcleos e suas áreas de abrangência

